

Mais de 11 milhões de crianças deverão ficar sem as refeições

Cortes no orçamento atingem programa de merenda escolar

Verbas serão reduzidas em 30%

Os cortes feitos pela equipe econômica no orçamento da merenda escolar equivalem às refeições de aproximadamente 11,7 milhões de crianças, segundo as previsões do Ministério da Educação (MEC). Os Estados e municípios terão de mudar a dieta oferecida aos alunos ou, como defendem os técnicos do MEC, "focalizar" nos mais pobres o fornecimento de merenda. Ou seja, as secretarias de Educação terão de negar refeições a até 11,7 milhões de estudantes, a menos que reduzam as merendas ou consigam fazer uma grande economia na compra de comida no ano que vem.

Representantes das secretarias estaduais e municipais se reuniram com o secretário-executivo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), José Carletti, na semana passada, e recusaram a proposta do ministério, de redistribuir o orçamento da merenda escolar, para dar mais dinheiro aos Estados e cidades mais carentes, cortando mais as verbas de regiões mais ricas, como São Paulo. "As necessidades de merenda em um bairro de classe média em São Paulo não são as mesmas de uma região pobre do Nordeste", argumenta Carletti.

A reunião em Brasília teve representantes da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação



Arquivo

Municípios e estados insistem em garantir a merenda para todos

(Undime) e do Conselho de Secretários de Educação, que preferiram pedir ao ministério a liberação do dinheiro para a merenda entre os municípios na mesma proporção usada neste ano, até fevereiro, quando haveria uma nova reunião para discutir o assunto. Os representantes do ministério argumentaram que só poderiam liberar um quarto das verbas do orçamento de 1998. "Vão ter de focalizar o programa de merenda, competirá ao diretor, ao município ou ao Estado definir quem

terá direito à refeição", diz Carletti.

O secretário-executivo do MEC evita criticar a equipe econômica, que cortou mais de 30% do programa de merenda escolar apesar de ele ser considerado um projeto da área social, teoricamente incluído entre as prioridades do governo. O corte de verbas atinge até os municípios carentes atendidos pelo programa Comunidade Solidária - embora essas cidades ainda recebam mais dinheiro que as outras, consideradas com mais recursos.